
*Homens de letras e a política:
a política rio-grandense ao
tempo do castilhismo-borgismo*

*Sérgio da Costa Franco**

Resumo: Esse artigo trata da relação entre os homens de letras e a política no Rio Grande do Sul. A pesquisa aborda o período de 1890 a 1930, conhecido como o tempo político do castilhismo-borgismo.

Abstract: This work is about the relationship between men of letters and politics in Rio Grande do Sul. The survey deals with the period from 1890 to 1930, known as the “castilhismo-borgismo” political period.

Palavras-chave: política, escritores, castilhismo-borgismo.

Key words: politics, writers, castilhismo-borgismo.

Ninguém dirá que a política autoritária que prosperou no Rio Grande do Sul, na vigência da carta constitucional de 1891, tenha cunhado estilos literários específicos. Salvo no discurso típico dos jornais partidários, ela não gerou escolas que a identificassem e singularizassem. A produção literária que vicejou entre 1890 e 1930 acompanhou os padrões do restante do Brasil, do Parnasianismo ao Simbolismo e ao Modernismo na poesia, Naturalismo e Realismo na ficção. O próprio ensaio, que poderia ter refletido as influências do comtismo na ideologia política, não exteriorizou nenhuma inclinação específica naquele sentido.

Entretanto, num esquema de forte polarização política, em que não se ensejavam terceiras vias, a intelectualidade forçosamente se dividia entre o Partido Republicano Rio-Grandense (situacionista) e o Partido Federalista (de oposição). Outras alternativas como o Partido Republicano Liberal, de 1896, ou o Partido Republicano Democrático de 1908 tiveram curta duração e limitado apelo.

* Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHG/RS).

O estrangulamento dos caminhos de oposição, pela ausência de representação das minorias e pela forte discriminação imposta aos federalistas (maragatos) por meio do sistema do voto a descoberto e das fraudes eleitorais, sujeitava o Estado a um virtual regime de partido único, com exclusão total dos opositoristas, quer das funções políticas, quer dos cargos públicos mais simples. Ora, numa estrutura econômica pré-capitalista, com diminutas possibilidades de emprego na área privada, não restavam alternativas ao jovem das camadas urbanas senão o ingresso no funcionalismo público. E isso, evidentemente, implicava a adesão às clientelas do Partido Republicano, a obediência aos “coronéis” locais, sobretudo pelo alistamento eleitoral e o exercício do voto no situacionismo.

Em tais circunstâncias, é compreensível que a maior parte dos homens de letras, no período considerado, tivesse ligação explícita ou presumida com o Partido Republicano.

Os situacionistas

Sem pretensão de organizar uma lista exaustiva, começamos pelos poetas, vários dos quais marcaram presença na retórica bajulatória.

Zeferino Brazil (1870-1942), considerado no seu tempo o “príncipe dos poetas rio-grandenses”, foi castilhistas confesso, com versos dedicados ao chefe republicano ao ensejo de sua morte, em 1903.

Foi traição do destino! A Pátria foi traída!
E o nosso coração se revolta de dor!
Pois é crível, assim, se extinguir uma vida,
Que era a vida de um povo e era o seu Salvador?

Zeferino Brazil fez carreira como funcionário da Secretaria da Fazenda, donde presumir-se que não tenha abandonado a filiação castilhistas.

Seu contemporâneo Ribeiro Tacques (1879-1949), que foi conselheiro municipal e Intendente de Santa Maria, membro destacado do Partido Republicano, também colaborou na glorificação de Castilhos com “o Morto imortal”:

Acerba desventura! A Pátria, soluçante,
Parece que está vendo o esquife do gigante...
É que presa, talvez, de uma alucinação,
Olha em torno de si, e louca e desganhada,
pensa descer também à última morada,
dentro daquele estreito e fúnebre caixão!...

Até o bissexto Américo Moreira (1856-1927), que entrou para a literatura com seu famoso soneto “Brinde de honra”, dedicou a Castilhos um soneto lutuoso no dia dos funerais. Embora não fosse funcionário público, mas agente de companhia de seguros, manteve sempre relações estreitas com o partido oficial, tendo sido conselheiro municipal em Porto Alegre.

Na mesma linha de glorificação ao chefe ilustre, esteve Carlos Alberto Miller (1855-1924), que foi funcionário fazendário, conselheiro e presidente do Conselho Municipal de Rio Grande. Alguns dias após a morte de Júlio de Castilhos criava o seu “Redivivo”:

Não perturbem a paz dos grandes mortos!
Silêncio. Ei-lo que sobe ao Panteon...
Abram alas, Moisés, São Paulo e Comte;
Ressurge, após, o imortal Danton.

Carlos Alberto Miller, com volumosa produção literária dispersa em almanaques e periódicos da Região Sul do Estado, era irmão de Juvenal Miller, que foi deputado estadual e federal e vice-presidente do Estado, e pai de Alcides Miller, também poeta engajado na política borgista.

A burocracia, consolidada e estável, do longo consulado de Borges de Medeiros, teria o condão de atrair numerosos poetas. Barbosa Neto (1885-1918), o parnasiano de “Molduras e visões”, foi promotor público em Jaguarão (os promotores eram, então, da estrita confiança do presidente do Estado) e jornalista panfletário do Partido Republicano. Victor Silva (1865-1922), carioca radicado no Rio Grande do Sul desde 1897, parnasiano puro, exerceu função de confiança no governo do Estado, dirigindo a Biblioteca Pública de 1907 a 1922. Eduardo Guimaraens (1892-1928), o simbolista da “Divina quimera”, além de colaborar no jornal partidário *A Federação*, foi também diretor da Biblioteca Pública a partir de 1922.

Fortemente engajado na vida partidária foi o poeta Pedro Vergara (1895-1979), que exerceu a promotoria pública em várias comarcas e jornalismo combativo no *Diário Popular*, de Pelotas. Mansueto Bernardi (1888-1966), funcionário estadual e depois Intendente Municipal de São Leopoldo entre 1920 e 1923, desfrutava da plena confiança de Borges de Medeiros.

De resto, impõe-se referir Alceu Wamosy (1895-1923), o poeta das “Duas almas”, partidário militante, que morreu por ferimentos sofridos em combate, integrando um corpo provisório da Brigada Militar do Estado durante a sedição de 1923.

Em relação a esses numerosos poetas da fase borgista, tanto parnasianos como simbolistas, cabe acentuar que seu engajamento partidário

em nada repercutia em seus textos literários, perfeitamente líricos e desligados do exercício da cidadania. A oportunidade dos versos retóricos parece ter-se esgotado com a glorificação de Júlio de Castilhos.

Passamos agora aos prosadores, entre os quais devemos incluir os oradores e os jornalistas de opinião. No final do século XIX e no princípio do século XX, a oratória era gênero literário dos mais apreciados e valorizados. Mesmo sem alcançar as glórias do texto escrito e do livro, a eloqüência criativa, embora às vezes empolada e vazia, assegurava prestígio imenso aos tribunos carismáticos, cujos discursos eram glosados, repetidos e até memorizados pelos ouvintes e correligionários. Antônio Carlos Pereira da Cunha (1870-?), promotor público em Porto Alegre, foi famoso tribuno de filiação castilhista. Por igual, João Neves da Fontoura (1887-1963), de destacada atuação parlamentar.

Nas fronteiras da literatura sempre esteve também o jornalismo político, que mobilizava bons engenhos literários, como foi o caso de Lindolfo Collor (1890-1942), diretor de *A Federação* num período agudo de conflito, como foi o biênio 1922-1923.

José Romaguera da Cunha Corrêa (1863-1910), autor de um importante “Vocabulário Sul-Rio-Grandense”, foi deputado estadual e manteve atividade política expressiva na região de Uruguaiana. Alcides de Freitas Cruz (1867-1916), também representante estadual do PRR, foi jurista de mérito, autor de obras históricas e jurídicas. Otávio Augusto de Faria (1881-1921), historiador e geógrafo regional, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e servidor de confiança do governo Borges de Medeiros.

Menos considerados no *ranking* literário, mas valorizados na escala partidária, foram os meros cronistas bélicos da Revolução Federalista como Albino José Ferreira Coutinho (1860-1940), autor de “A marcha da divisão do Norte”, e Pedro Carvalho (1869-1936), autor de “A campanha do coronel Santos Filho”; ou o panfletário Euclides B. de Moura, autor de “O vandalismo no Rio Grande do Sul”.

Em termos de qualidade literária, o primeiro dos prosadores castilhistas foi João Simões Lopes Neto (1865-1916), tradicionalmente ligado ao Partido Republicano, embora com escassa atração pela política. Sobre ele escreveu Carlos Reverbel, grande conhecedor de toda a sua vida e obra, que “ele ingressaria no Partido Republicano, faria profissão de fé castilhista (sem o positivismo do chefe), atuaria na imprensa partidária, mas mantendo sempre uma atitude discreta e contida”.

João Pinto da Silva (1889-1950), crítico, ensaísta e historiador literário, cumpriu importantes funções como chefe de gabinete e secretário

de Borges de Medeiros. Também secretário do Presidente do Estado e credor de estrita confiança do governo borgista e do partido foi Otelo Rosa (1889-1956), autor de uma biografia de Júlio de Castilhos e de numerosos ensaios históricos. Vítor Russomano (1890-1937), médico e bacharel em Direito, conselheiro municipal e deputado pelo PRR, foi ensaísta e autor de “História Constitucional do Rio Grande do Sul”. Joaquim Luís Osório (1881-1949), deputado estadual e federal pelo Partido Republicano, foi autor de obras jurídicas e ensaios históricos, inclusive “Partidos políticos no Rio Grande do Sul”, de obrigatória consulta. Aurélio Porto (1879-1945), que se salientou como ativo pesquisador e historiador regional, fortemente ligado ao Partido Republicano, foi intendente municipal de Garibaldi e Montenegro, tendo militado ativamente na imprensa partidária. Afonso Guerreiro Lima (1870-1959), professor, autor didático e pesquisador, desempenhou durante vários anos a função comissionada de Diretor da Instrução Pública e foi professor da Escola Normal de Porto Alegre.

Os oposicionistas

Os contestadores do regime autoritário do castilhismo-borgismo não tiveram muitas chances de praticar a literatura, salvo no jornalismo político e no panfleto nitidamente partidário. A condição de excluídos pesava-lhes fortemente, em detrimento da tranquilidade e do bem-estar, necessários à atividade literária. A rigor, só os possuidores de fortuna pessoal ou aplicados a atividades privadas razoavelmente lucrativas poderiam aventurar-se à oposição política.

Apolinário Porto Alegre (1844-1904), um dos fundadores do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, nome consagrado da literatura e do jornalismo gaúcho, foi dos primeiros a contestar Júlio de Castilhos, os positivistas e suas idéias autoritárias, fazendo-o publicamente em carta aberta à União Republicana, estampada em *A Reforma* de 27/6/1890. Depois disso, sofreu perseguições e, em 1893, uma arbitrária detenção. Dedicava-se, autônomo, ao ensino particular. Tanto quanto seu irmão Apolinário, Apeles Porto Alegre, jornalista, poeta e prosador, foi membro do Partido Federalista, vivendo da iniciativa privada, como diretor do Colégio Rio-Grandense, com sede em Porto Alegre.

Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), deputado republicano à Assembléia Legislativa da Província ao tempo da monarquia, tornou-se adversário do castilhismo já em novembro de 1891. Teve intensa atividade intelectual como ensaísta, publicando em 1908, sob forma de um manifesto, “Ditadura, parlamentarismo, democracia”, criticando ao sistema castilhist

e a base de programa para um novo partido, que se chamaria “Republicano Democrático”. Jamais se conciliou com o Partido Federalista, posto que defendia o Presidencialismo, em confronto com o Parlamentarismo dos federalistas. Já em 1927 foi um dos fundadores do Partido Libertador.

Angelo Dourado (1857-1905), médico baiano radicado no Rio Grande do Sul, ativo combatente do Partido Federalista, deixou em “Os voluntários do martírio” (1896) uma narrativa apaixonada e dramática da Revolução de 1893.

Wenceslau Escobar (1857-1938), uma vida dedicada à advocacia liberal e à política oposicionista, deputado pelo Partido Federalista à Câmara Federal, escreveu “Apontamentos para a História da Revolução de 1893”, “30 anos de ditadura rio-grandense” e outros trabalhos de feição polêmica. No prefácio de “30 anos de ditadura”, de 1922, está o registro de seu propósito:

A livre manifestação de nosso pensamento não sucumbe à tirania de nenhuma conveniência, motivo por que, pensando prestar inestimável serviço a meus patrícios, não cessaremos de clamar contra o regime que, a meu ver, têm deslustrado as tradições do nome rio-grandense.

Não inclinado à literatura, mas cultor do jornalismo panfletário, deve-se mencionar Rafael Cabeda (1857-1922), redator de *O Maragato*, que se publicou em Rivera entre 1901 e 1918. Foi deputado federal pelo Partido Federalista em duas legislaturas (1915/17 e 1921/22). Liderava uma das facções do partido, oposta à de Pinto da Rocha.

Antônio Batista Pereira (1880-1959), ensaísta e conferencista, genro e secretário de Rui Barbosa, coadjuvou ativamente a oposição rio-grandense, embora vivendo quase sempre fora do Rio Grande do Sul.

Francisco Antunes Maciel Júnior (1883-1966), que sobreviveu largamente à República Velha e teve destacada atuação sob o governo de Getúlio Vargas, publicou em São Paulo, em 1912, um vigoroso libelo contra o regime borgista, sob o título “O Rio Grande do Sul: anotações esparsas”.

José Júlio Silveira Martins (1866) filho de Gaspar Silveira Martins, embora sem ter tido participação desassombrada no Partido Federalista, publicou a primeira biografia de seu pai (1929) e promoveu em 1920 a remoção dos restos mortais do líder federalista, de Montevidéu para o Rio Grande do Sul, evento que se constituiu num protesto oposicionista de muita repercussão.

Félix Contreiras Rodrigues (1884-1960), ensaísta, sociólogo e historiador, ligado ao Partido Federalista, entre outros muitos trabalhos,

publicou na França, em 1921, “Velhos rumos políticos”, em defesa de uma reforma constitucional e do Parlamentarismo, dedicando seu livro “à memória de Gaspar Silveira Martins”. Era homem de condição independente, ruralista em Bagé e no Uruguai.

Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) foi a isolada voz feminina a participar das lutas políticas da oposição por meio da imprensa. Combativa professora de Rio Pardo, sofreu processo judicial ao tempo da Revolução Federalista, escrevendo em contradita “A minha defesa”. Publicou também o poema de “Preitos à liberdade” (1900) e várias peças teatrais.

Os que transitaram de um pólo a outro

Num clima de exacerbada polarização de opiniões, a troca de partido era severamente condenada pela opinião pública. Os “vira-casacas” eram, em geral, denegridos e censurados. Mesmo assim não foram raras as migrações de intelectuais de um arraial político para outro.

A primeira delas, e de mais forte repercussão, foi a do federalista Germano Hasslocher (1863-1911), que vinha das fileiras do velho Partido Liberal. Em plena guerra civil, mais precisamente em 1894, bandeou-se para os castilhistas e escreveu contra Silveira Martins e seus partidários um libelo intitulado “A verdade sobre a revolução”. Recompensado pela adesão, foi deputado estadual pelo Partido Republicano já na legislatura de 1897/00, e depois deputado federal em quatro legislaturas.

Alcides Maya (1878-1944), precoce na atividade literária, iniciou aos 21 anos com uma refutação às tendências separatistas do Rio Grande do Sul, que eram em parte alimentadas por alguns castilhistas como Alfredo Varela. Por essa época, colaborava em *A Reforma*, jornal federalista, e se inclinava para os partidários de Silveira Martins. Colaborou também em *A República*, órgão dos chamados “nórmicos”, dissidentes do castilhismo. Mais adiante, dirigiu o *Jornal da Manhã*, editado em Porto Alegre, no qual defendeu a candidatura oposicionista de Fernando Abbott ao governo do Estado. Transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1909, participou da campanha civilista em prol da candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República, ainda aí em oposição aos republicanos rio-grandenses. Mas, subitamente atraído pela amizade de Pinheiro Machado, veio a aderir ao PRR, tornando-se em 1918 deputado federal pelo situacionismo gaúcho. Integrou a representação borgista em duas legislaturas e veio a ocupar cargos de confiança na administração estadual. Um caso singular de adesismo pelo cansaço.

Embora a migração das hostes do oficialismo para a oposição fosse penosa, não foram raros os casos dos que abandonaram o conforto do partido governista pela contestação.

Sem falar nas dissidências que se abriram ainda no limiar da vida republicana, de parte de Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e Assis Brasil, houve, já depois da consolidação e do triunfo do castilhismo, defecções expressivas, inclusive de intelectuais dos mais prestigiados.

Pedro Moacyr (1871-1919), depois de haver sido deputado estadual e federal pelo Partido Republicano e redator-chefe de *A Federação*, abriu dissidência, participou da fundação do Partido Republicano Liberal, de curta duração, e, em 1906, já se tornaria deputado federal pelo Partido Federalista, no qual teve atuação de vanguarda.

Foi tribuno dos mais notáveis em seu tempo, sendo postumamente editada uma coletânea de seus “Discursos parlamentares”.

Trajetória semelhante teve Artur Pinto da Rocha (1860-1930), jornalista, dramaturgo e tribuno. Tendo sido figura saliente no Partido Republicano, deputado estadual e federal e redator-chefe de *A Federação*, aderiu mais tarde ao Partido Federalista, sendo eleito deputado por esse partido a partir de 1918, quando liderou uma de suas facções, oposta à de Rafael Cabeda. Em 1903, quando ainda era castilhista, foi um dos oradores à beira-túmulo no enterro de Júlio de Castilhos.

Alfredo Varela (1864-1943), historiador e ensaísta, depois de ser castilhista engajado e ferrenho, diretor de *A Federação*, coronel de provisórios na guerra civil de 1893 e deputado federal pelo Partido Republicano, passou a opositor veemente de Borges de Medeiros. Em 1923, no Rio de Janeiro, integrou uma Junta Governativa Revolucionária, que dava respaldo à insurreição assisista.

Ramiro Barcelos (1851-1916), republicano da fase da propaganda, membro destacado do PRR, senador pelo Rio Grande do Sul desde 1890, dissentiu de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado em 1915, em função da candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado, passando à oposição. Escreveu, então, a famosa sátira “Antônio Chimango”, que assinou com o pseudônimo de Amaro Juvenal. O “poemeto campestre”, como o denominou, além de ter celebrado o autor, foi uma espécie de bíblia caricata das oposições rio-grandenses.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo*. Porto Alegre: Edipucrs/IEL, 1994.
- AITA, Carmen et al. (Orgs.). *Parlamentares gaúchos: das cortes de Lisboa aos nossos dias*. Porto Alegre: 1996.
- BARCELLOS, Rubens de. *Estudos rio-grandenses*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1960.
- CAGGIANI, Ivo. *Rafael Cabeda*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922.
- BRIGADA MILITAR. Homenagem ao emérito estadista rio-grandense Dr. Júlio Prates de Castilhos no 30º dia de seu falecimento. Porto Alegre, 1903, 321 p.
- PARTIDO REPUBLICANO do Município de Rio Grande. Oficinas d'O Intransigente. Rio Grande: 1905, 688 p.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.
- MASINA, Léa. *Alcides Maya: um sátiro na terra do Currupira*. Porto Alegre: IEL/Unisinos, 1998.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930.
- REVERBEL, Carlos. *Um capitão da Guarda Nacional*. Porto Alegre: UCS/Martins Livreiro, 1981.
- SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1924.
- VILAS-BOAS, P. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: A Nação/SEC, 1974.

